

**Pesquisa em fontes de informação jurídica disponível na Internet:
Curso de Extensão Universitária – Faculdade de Direito da UERJ.**

Manoel Silva Barata

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação – UFF
Especialização em Gestão Empreendedora nas
Organizações – UNISUAM
Bibliotecário efetivo da UERJ
<http://www.fontesjuridicas.com.br>
barata@uerj.br

Este artigo é fruto de um projeto de curso de extensão universitária de pesquisa em fontes de informação jurídica na Internet, desenvolvido e implantado junto a Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Apresenta algumas razões que tornam importante o treinamento em busca por informações jurídicas na Internet, define conceitos relevantes e importantes, descreve aspectos teóricos que constituíram este projeto e por fim mostram alguns resultados de pesquisa de campo aplicado dentro da própria sala de aula, onde são identificados aspectos relacionados ao perfil dos alunos que ingressaram neste curso, além de abordar aspectos relacionados à satisfação com o curso na visão de seus egressos.

Palavras-chaves

Ciência da Informação; Biblioteconomia; Busca e Recuperação da Informação Jurídica; Fontes de Informação Jurídica na Internet.

1. Introdução:

Os motivos que levaram ao desenvolvimento deste artigo, fruto do desenvolvimento e implantação de projeto referente a curso de extensão universitária voltado para a pesquisa em fontes de informação jurídica na Internet (sejam virtuais, digitais, etc.), Projeto constituído junto a Faculdade de Direito da UERJ, está intrinsecamente ligado aos meus cinco anos de experiência profissional atuando como bibliotecário jurídico da Biblioteca Jurídica da UERJ e a oportunidade ímpar de ampliação do meu conhecimento através de dedicação ao estudo e a reflexão sobre o universo da pesquisa sobre as diversas fontes de informação jurídicas surgidas a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação, tendo em vista que, “outra função comum ao trabalho do bibliotecário, principalmente aquele que atua em bibliotecas universitárias, é o treinamento do usuário”. (PASSOS, 2001.) Além desse contato com o treinamento em pesquisa, outro fator importante é a necessidade dos bibliotecários jurídicos de estarem se atualizando em novos cenários que rapidamente se transformam a nossa volta, pois sem que percebamos de imediato, deixam-nos perplexos e sem reação quando somos pegos de surpresa. Portanto um aprendizado contínuo é fundamental. A interdisciplinaridade já é realidade em diversas áreas do conhecimento e devemos buscá-la incessantemente, a própria área da ciência da informação é exemplo de sua abertura à interdisciplinaridade, como nos mostra a sua própria definição,

A ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. A área é derivada de ou relacionada à matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia computacional, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas. (SHERA, 1977 apud BRAGA, 1995, p.4) .

Com a evolução constante das tecnologias de informação a questão da informação digital e virtual tem sido muito discutida dentro do campo de estudo da Ciência da Informação, pois a mudança tecnológica na sociedade está alterando a forma pela qual se realizava a gestão, a organização e conseqüentemente o acesso às informações. Dentro deste quadro de transformações, a grande quantidade de informações de várias áreas do conhecimento publicadas sem nenhum critério de padronização e organização em um universo gigantesco e complexo de dados dispersos na Internet, dificulta muito o acesso às informações precisas em tempo hábil pelos profissionais e demais operadores do Direito, como diz Marcondes (2001, p. 61)

“Um aspecto problemático da cultura de nosso tempo relacionado à questão informacional é o assim chamado fenômeno da explosão informacional, a grande quantidade de informações produzidas e disponibilizadas por diferentes atividades sociais, dificultando sua identificação, acesso e utilização.”

As informações que possuem valor agregado por gerarem, conhecimento, vantagem competitiva, ou por servirem como recurso estratégico de importância para pessoas físicas ou jurídicas pertencentes ao mesmo tecido social, agora no contexto da sociedade da informação possui um valor constantemente aumentado, na mesma proporção em que cresce o grau de dificuldade de acesso ao seu inteiro teor, Desta forma:

“Localizar/identificar informações é uma etapa fundamental na economia da informação e do conhecimento. Algumas estratégias podem ser divisadas para lidar com o problema da localização/identificação de informações no contexto da Internet. Em primeiro lugar, os mecanismos

de busca, como Lycos, Altavista, Infoseek, HotBot, [Google] etc.”
(Marcondes, 2001, p.64)

As ferramentas de busca quando bem utilizadas pelos bibliotecários jurídicos de maneira prática e direcionada, facilitam muito o acesso à informação dispersa pela Internet, porém não se trata do único modo de acesso às informações, nem mesmo pode ser considerada como o modo mais adequado para todos os tipos de pesquisa, pois cada caso é um caso, e só mesmo a experiência de cada bibliotecário jurídico dentro de sua realidade é o que determinará a forma mais correta de acesso às melhores fontes de informação jurídicas disponíveis na Internet, como nos afirma SNEIDERMAN (1997) apud Marcondes (2001, p.65). “Embora mecanismos de busca como Infoseek, Altavista, Lycos, WebCrawler e Open Text sejam largamente usados, existe um consenso público e geral e entre profissionais acerca das grandes dificuldades de buscar informações”. Tanto é que outras estratégias de acesso às informações existentes são largamente utilizadas, a estratégia do “desenvolvimento de serviços de localizadores de informações especializados como os serviços de localizadores de informações governamentais..., os portais especializados..., a experiência das bibliotecas virtuais especializadas... (Marcondes, 2001, p.65).” etc.

Este conjunto de mudanças, desafios e oportunidades apresentadas acima, são as lacunas que o nosso projeto de curso de extensão deseja preencher, não na totalidade, mas pelo menos em algum ponto do caos da informação existente na Internet, contribuindo com o aumento do número de treinamentos para mais bibliotecários jurídicos ou de outros profissionais que atuem de alguma forma com a gestão ou na busca e recuperação da informação jurídica, pois,

a Internet se parece cada vez mais com o sonho de Otlet (1934) de uma biblioteca universal. Para que ela não evolua no sentido de um caos informacional, tem de ser trabalhada cooperativamente pelos profissionais de informação de todo o mundo.(Marcondes, 2001, p.68)

Para tanto, como contribuições do projeto deste curso em questão, são intensamente trabalhados em laboratório de informática, todos os objetivos previamente definidos durante a criação do projeto deste curso, que basicamente é direcionado ao treinamento em estratégias de pesquisa por fontes jurídicas disponíveis na Internet de forma que o aluno desenvolva no decorrer das aulas uma capacidade autônoma de busca e recuperação da informação através do acesso a diversos tipos de *sites* oficiais, portais, bases de dados, ferramentas de busca na área jurídica, etc.

Antes de adentrarmos na apresentação do projeto propriamente dito, veremos alguns conceitos importantes a serem conhecidos pelos profissionais da informação jurídica, como o da própria informação jurídica:

Sob o aspecto genérico, pode ser conceituada como qualquer dado ou fato, extraído de toda e qualquer forma de conhecimento da área jurídica, obtido por todo e qualquer meio disponibilizado e que pode ser usado, transferido ou comunicado sem a preocupação de estar integrado a um contexto. É um dado ou qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação. (ALONSO, 1998 apud PASSOS, 2004, p. 175.)

LEGISLAÇÃO: A legislação é conhecida como a reunião de leis, isto é, “o conjunto de diplomas legais ou disposições emanadas de autoridades em seus diversos níveis de atuação.”(ABREU; SANDOVAL, 1991, p. 15 apud BARROS, 2004, p. 203.)

JURISPRUDÊNCIA: “Como fonte secundária do Direito, a jurisprudência consiste no conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica” (BARROS, 2004, p. 203).

DOCTRINA: É definida como a “interpretação de autores, juristas e escritores acerca de uma norma ou decisão jurídica.” (BARROS, 2004, p. 203).

FERRAMENTAS DE BUSCA:

Também chamado em inglês, “(Search Engines) São conjuntos de *software* e *hardware* cuja finalidade é achar coisas na Internet. Pode-se fazer pesquisas por assunto, texto...”

Disponível em: <http://www.startpoint.com.br/glossa0f.htm> . Acesso em: 28/09/2008.

SITE:

Site é uma palavra do idioma inglês que significa local ou lugar. Na Internet, designa um conjunto de páginas que representa uma pessoa, instituição ou empresa na rede. *Sites* jurídicos são então os locais na *World Wide Web* (teia de dimensão mundial), onde se encontram informações relacionadas à área de Direito.(BARROS, 2004, p. 212).

PORTAL:

Um portal é um *site* na Internet que funciona como centro aglomerador e distribuidor de tráfego para uma série de outros *sites* ou *subsites* dentro, e também fora, do domínio ou subdomínio da empresa gestora do portal.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal> . Acesso em: 28/09/2008.

BASES DE DADOS:

As bases de dados em linha possibilitam acesso múltiplo de vários usuários em tempo real e se baseiam em sistemas de telecomunicação eficientes para ligar usuários às bases de dados desde os lugares mais remotos aos mais próximos. (LOPES, 1991, p. 217-218 apud BARROS, 2004, p. 210.).

2. Bibliotecário jurídico moderno se adaptando aos espaços digitais de informação jurídica.

Segundo Atienza (1979),

A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de conhecimentos do mecanismo legal do país; destreza no manejo dos índices e ementários impressos de legislação e jurisprudência; exatidão e atualidade dos índices e fichários elaborados pelo seu próprio serviço e habilidade na interpretação dos pedidos e solicitações dos consulentes.

O bibliotecário jurídico moderno deve transportar estes seus conhecimentos e habilidades específicas para o ambiente das novas tecnologias de informação e comunicação, ou seja, o que se fazia anteriormente exclusivamente com os suportes de informação e comunicação físicos, a partir de hoje é possível ser feito através de suportes eletrônicos, como documentos virtuais, documentos digitais, qualquer tipo de informação disponível na Internet. Porém, a forma de lidar com a informação eletrônica é muito mais rápida, tanto na criação, quanto na transferência e alcance global através da Internet.

Devido a esta mesma agilidade e velocidade da informação eletrônica a partir do surgimento da internet, segundo (Alvin Podboy, 2000 apud Passos, Edilenice) existe algumas características que definem o bibliotecário jurídico nos dias de hoje, dentre elas espera-se que este profissional seja:

Onipresente - O bibliotecário jurídico tem de ser ubíquo, estar disponível em todos os lugares ao mesmo tempo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Isso não significa estar disponível pessoalmente, mas os instrumentos que criamos precisam estar sempre disponíveis (catálogos de bibliotecas, *sites* na Internet, etc.);

Inovador - Os bibliotecários precisam olhar a tecnologia disponível hoje e determinar como será usada no futuro. Inovação significa olhar de maneira diferente algo que existe. (...) Usamos uma variedade de recursos e eliminamos os recursos desnecessários. Nós somos o ying e o yang da informação;

Camaleão - A princípio pode não parecer um elogio. O profissional moderno precisa ser inconstante, no sentido de mudar e mudar rápido. Os bibliotecários não podem ficar paralisados pela perfeição. Devem assumir os riscos e os erros.

O moderno bibliotecário jurídico deve procurar aliar todas as suas habilidades e experiências na pesquisa, organização, catalogação, indexação, classificação e negociação com os usuários ou consulentes aos novos formatos de informação surgidos a partir do surgimento da Internet e conseqüentemente de uma série de outras ferramentas de informação: como bases de dados on-line, ferramentas de busca, portais, etc. Este profissional deve estar preparado, tanto para encontrar informações relevantes disponíveis na internet, quanto para criarem conteúdos selecionados a partir de critérios de confiabilidade e qualidade da informação, organizando conforme metodologias previamente estabelecidas, indexando utilizando as mais modernas técnicas de indexação eletrônica e acima de tudo planejando o sistema de informação eletrônico, focado nas necessidades e anseios de seus usuários, pois este cuidado sem dúvida será o maior diferencial no futuro.

3. Principais fontes de informação jurídica trabalhada no curso:

Principais responsáveis por Fontes de Informação jurídica confiáveis disponíveis na WEB;

- a) Instituições públicas – Entidades ligadas ao governo em todos os níveis e constituem importantes fontes de informação jurídica - (Poder Legislativo, Executivo e Judiciário);

Ex.: Senado Federal; Presidência da República; Superior Tribunal de Justiça.

- b) Organizações – Geralmente são entidades comerciais e visam o lucro, por isso é sempre aconselhável dispor de cuidados objetivando aperfeiçoar os recursos financeiros da biblioteca;

Ex.: Livraria Saraiva; Lex Editora; Escritórios e consultorias jurídicas.

3.1. Critérios de confiabilidade para Fontes de Informação Jurídica disponíveis na Internet:

Tomaél et al. (2000 e 2001), apresentam critérios de qualidade para avaliar fontes de Informação na Internet, agrupados em dez itens. É resultado de um projeto de pesquisa realizado no Programa de Iniciação Científica, desenvolvida na UEL – Universidade Estadual de Londrina. Os critérios estão agrupados nas seguintes categorias:

- a) **Informações cadastrais:** dados detalhados da pessoa jurídica ou física responsável pelo *site* de forma a identificá-la plenamente como nome, *URL* [*Uniform Resource Locator*, ou simplesmente endereço eletrônico para páginas Web], *E-mail* [Correio Eletrônico], título etc.
- b) **Consistência das informações:** detalhamento e completeza das informações que fornecem;
- c) **Confiabilidade das informações:** investiga a autoridade ou responsabilidade do produtor da fonte;
- d) **Adequação da fonte:** tipo de linguagem utilizada e coerência com os objetivos propostos;
- e) **Links: internos e externos** – observar se estes recursos complementam as informações e se são constantemente revisados;
- f) **Facilidade de uso:** facilidade para explorar/navegar no documento;
- g) **Layout da fonte:** mídias utilizadas
- h) **Restrições percebidas** – são situações que ocorrem durante o acesso e que podem restringir ou desestimular o uso de uma fonte de informação;
- i) **Suporte ao Usuário:** elementos que fornecem auxílio aos usuários e que são importantes no uso da fonte;
- j) **Outras informações percebidas.**

4. Linhas gerais do projeto de implantação do curso de extensão:

O projeto teve como objetivo geral trabalhar estratégias de pesquisa em fontes jurídicas na Internet de forma que o aluno desenvolvesse capacidade autônoma de pesquisa, fazendo com este aprendiz se sentisse seguro no momento do acesso a diversos tipos de *sites* oficiais, portais e ferramentas de busca na área jurídica.

Quando os objetivos gerais acima foram sendo transformados em algo mais próximo a prática da sala de aula, chegou-se aos seguintes objetivos específicos: Exemplificar os principais tipos de fontes de informações jurídicas disponíveis na Internet, subdivididas em legislação, doutrina e jurisprudência; Apresentar características que identificam critérios de confiabilidade para as fontes de informação jurídica disponíveis na Internet; E detalhar os principais modelos de interfaces, tipos de ferramentas de busca, conteúdos e formas de interação com as informações jurídicas disponíveis em cada um dos diversos *sites* jurídicos estudados.

As aulas aconteceram em ambiente presencial com teoria e prática integradas, onde procurou se estimular vários tipos possíveis de interação entre os alunos e entre os alunos e as fontes de informação jurídicas disponíveis na WEB. Moran (1997) justifica o uso da Internet na educação dizendo que a Internet é uma tecnologia que facilita a motivação dos alunos pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece. Essa motivação aumenta se o professor a faz em um clima de confiança, de abertura, de cordialidade com os alunos. Outra justificativa é apresentada por Kearsley (2000) quando afirma que a educação *on-line* tem o potencial de mudar fundamentalmente

a forma como a aprendizagem, o ensino e a educação acontecem.

Os cursos avaliados neste artigo contemplam o universo de duas turmas do Curso de Atualização em Fontes de Informação Jurídica na WEB & Normalização Bibliográfica - (http://www.cepeduerj.org.br/ementas.php?id_cursos=48), As vagas foram preenchidas de acordo com o limite do laboratório de informática, sendo reservado um computador por aluno. No total foram 18 alunos inscritos, sendo oito na primeira turma realizada entre novembro e dezembro de 2007, e outros dez na segunda turma realizada entre maio e junho de 2008. O conteúdo programático em linhas gerais abordou questões voltadas para a pesquisa jurídica na Internet e normalização bibliográfica. Observando uma carga horária total de 20 horas/aula, dentre os tópicos abordados na teoria e na prática dentro do laboratório de informática, destaca-se:

- Critérios de confiabilidade para fontes de informação jurídica disponível na Internet, especializadas em doutrina, legislação e jurisprudência;
- Principais ferramentas oficiais e/ou recomendadas: portais, *sites* e bases de dados jurídicas;
- Detalhamento passo a passo das características de acessibilidade, dos principais recursos e das formas de pesquisa/interação de cada uma das ferramentas apresentadas;
- NBR 6023 – Referências;
- NBR 6024 – Numeração Progressiva;
- NBR 6027 – Sumário;
- NBR 6028 – Resumo;
- NBR 6034 – Índices;
- NBR 10520 – Citações.

Com relação à infra-estrutura tecnológica e ergonômica foram necessárias para o bom desempenho do professor em sala de aula: *data show*, carteiras confortáveis e um laboratório de informática com 20 computadores ligados à internet e equipados com navegador *WEB* e editor de texto.

5. Análise de necessidade e satisfação

Todo curso está baseado em, pelo menos, uma necessidade, objetiva ou propósito. A análise de necessidades, que é a primeira etapa na elaboração de um curso, envolve descobrir o que os alunos precisam aprender ou fazer, portanto, investigar e interpretar as informações coletadas sobre os alunos a fim de que o curso, a ser elaborado, vá de encontro às suas necessidades, desejos e lacunas.

Devido à falta de tempo e a emergência da implantação da primeira turma deste curso, não foi possível a realização da análise de necessidades em nenhum ambiente antes da implantação desta. À medida que as inscrições foram surgindo às turmas foram sendo fechadas. No intuito de conhecer melhor o perfil desses alunos, o primeiro questionário de análise de necessidade foi passado no decorrer das aulas da primeira turma. No entanto a segunda turma implantada, já contou com a análise de necessidade da primeira turma como base para a preparação das aulas pelo professor, além de terem preenchido no primeiro dia de aula o seu próprio questionário de análise de necessidades,

fazendo com que o professor já tivesse tempo hábil para personalizar o máximo às aulas, focado nas necessidades do grupo de alunos que formavam a nova turma.

O fato é que o questionário de análise de necessidades facilita o conhecimento das reais necessidades dos alunos, para posteriormente compará-las com a ementa do curso, a fim de promover um curso mais consciente e colaborativo, focado nas reais necessidades dos alunos, para que ao perceberem o propósito do conteúdo programático do curso possam participar interagir e se envolver por inteiro nas atividades propostas.

5.1. Metodologia das análises empreendidas (Perfil / Satisfação)

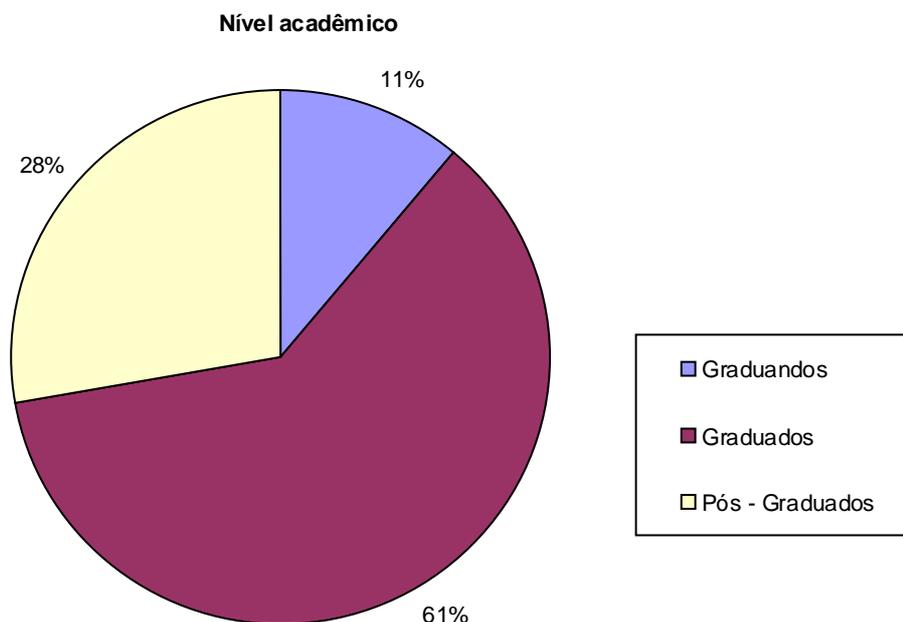
- 5.1.1. Tipo de estudo: Metodologia baseada em pesquisa de campo, sendo efetivada de forma empírica no laboratório de informática, entre os alunos do curso em questão, através da coleta de dados via preenchimento de questionários.
- 5.1.2. População e amostra: 18 (dezoito) alunos que cursaram regularmente, dentre bibliotecários jurídicos ou outros profissionais atuantes na área da informação jurídica.
- 5.1.3. Coleta de dados: Nesta pesquisa procurou-se coletar informações sobre dois aspectos. Sobre o perfil dos alunos que se interessam pelo curso, possibilitando a inferência do grau de suas necessidades de informação; E posteriormente, a satisfação e a importância do curso para os egressos deste, possibilitando o acesso a um conhecimento tácito que servirá de parâmetros para futuras atualizações do curso de pesquisa em fontes de informação jurídica disponível na Internet.

6. Análise e interpretações dos dados :

6.1. Análise do perfil e satisfação dos alunos:

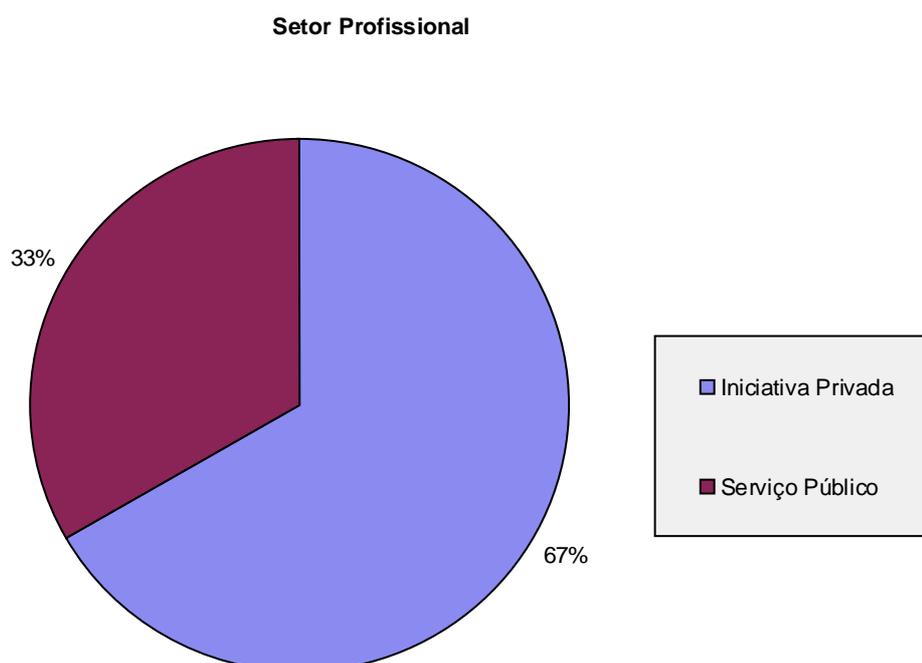
Percebemos através do gráfico - 1, com relação ao nível acadêmico dos alunos pesquisados, a maioria dos alunos (61%) possuem graduação em alguma área do conhecimento; (28%) da amostragem possui algum título de pós-graduação e (11%) ainda são estudantes de graduação. Assim, podemos analisar que o maior interesse pelo curso seja das pessoas graduadas e que ainda poucos estudantes de graduação se interessaram pelo curso, devido principalmente a grande carga de aulas recebidas pelas próprias disciplinas da graduação, além da maioria destes alunos conciliarem o seu tempo letivo com o estágio remunerado ou com seu emprego.

Gráfico1



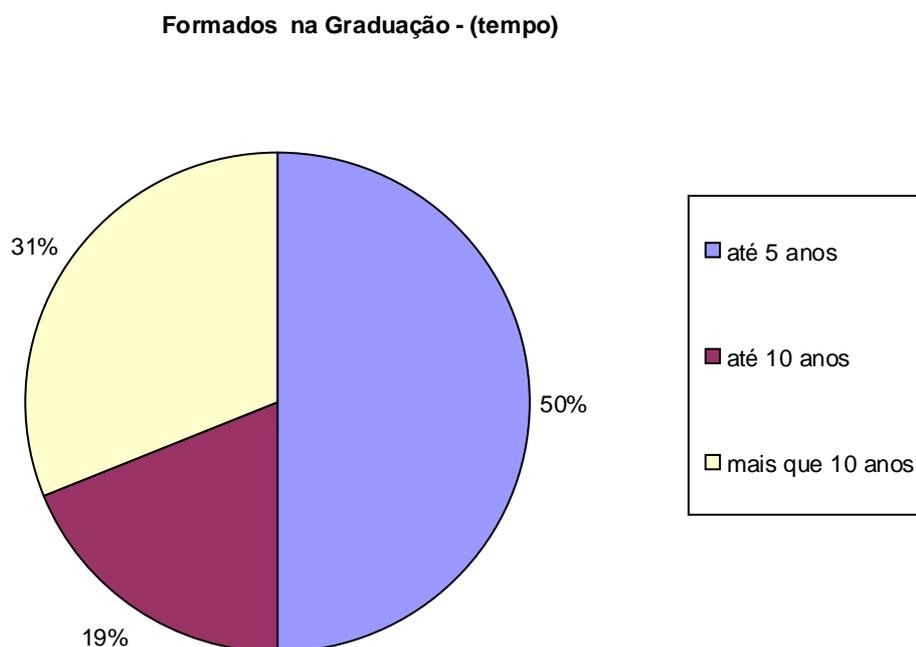
Percebemos através do gráfico - 2, que apresentam dados do setor em que os alunos atuam, que em sua maioria (67%) atuam na área privada, principalmente em escritórios de advocacia e (33%) são compostos por funcionários públicos atuantes em bibliotecas e centros de documentação de entidades públicas. Assim, podemos analisar que a maior procura pelo curso são dos profissionais que atuam no mercado de trabalho privado em busca da ampliação de suas competências e de uma melhora em seus currículos; seguido pela metade do interesse, pelos servidores públicos, que vêm em busca de atualização profissional.

Gráfico - 2



Percebemos através do gráfico - 3, com relação ao tempo de formados na graduação pelos alunos do curso, percebemos que (50%) destes, graduaram-se nos últimos 5 anos; (19%) são compostos pelos que se graduaram nos últimos dez anos. E por fim (31%) dos alunos que se graduaram a mais de dez anos. Percebe-se que os recém-formados ou formados há menos tempo possuem um maior interesse por fazerem cursos de atualização, neste caso voltado para as novas tecnologias. Em uma faixa intermediária dos cinco aos dez de formados ocorre uma menor procura e novamente após aos dez aos de formados volta a ocorrer um interesse pela volta aos cursos de atualização.

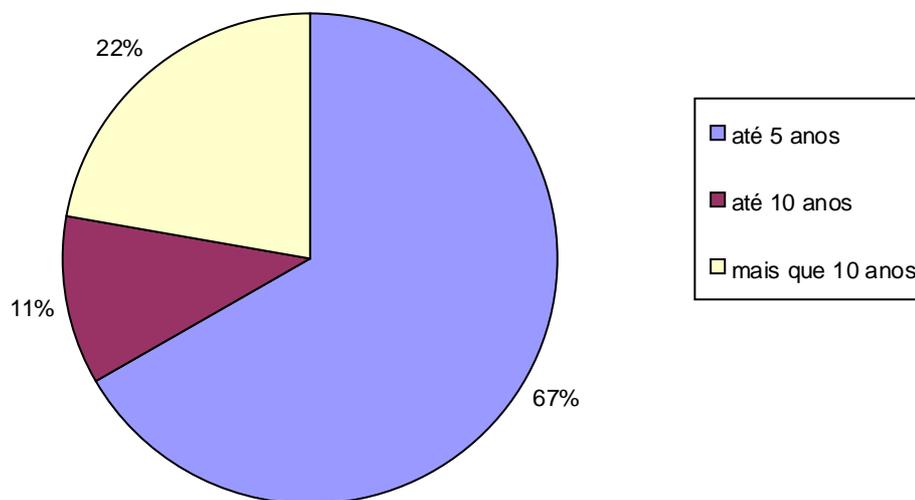
Gráfico-3



Percebemos através do gráfico-4 com relação ao tempo de atuação na área de informação jurídica, percebemos que (67%) destes, atuam na área jurídica a menos que 5 anos; (11%) são compostos pelos que atuam na área a menos que dez anos. E por fim (22%) dos profissionais da informação jurídica que atuam na área a mais de dez anos. Percebe-se uma semelhança nos números com relação ao tópico tempo de formado, com o tempo de atuação na área, onde neste último podemos analisar da seguinte maneira: os profissionais que atuam na área por menos tempo possuem um maior interesse por fazerem cursos de atualização, neste caso voltado para as novas tecnologias. Em uma faixa intermediária dos cinco aos dez anos de atuação na área ocorre uma menor procura e novamente após aos dez anos de atuação como profissionais da informação jurídica renasce o interesse pela volta aos cursos de atualização.

Gráfico-4

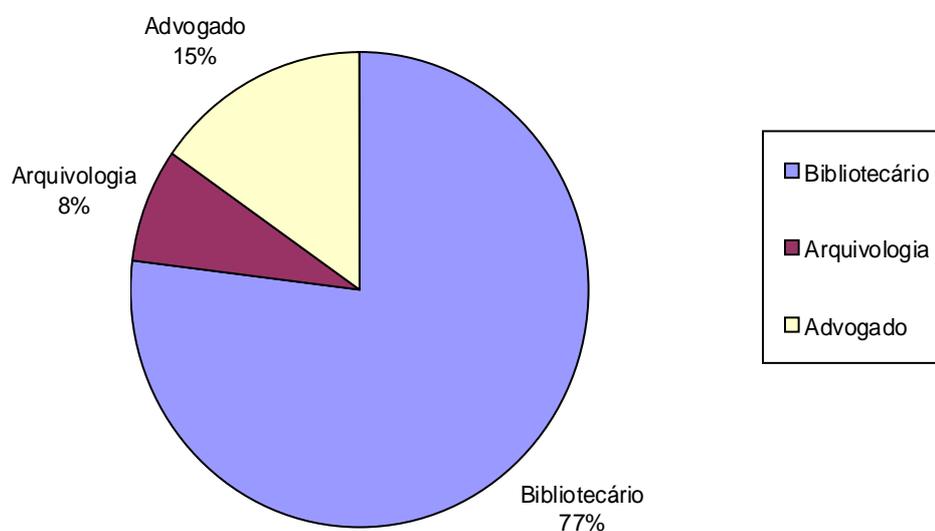
Trabalha na área jurídica - (tempo)



Percebemos através do gráfico - 5 que a maioria dos alunos (77%) que se interessam pelo curso de extensão universitária - pesquisa em fontes de informação jurídica disponíveis na internet, possui como formação principal a área de biblioteconomia seguida dos advogados com 15% dos alunos e por último temos uma amostragem de 8% para profissionais da área de arquivologia. O bibliotecário nesta pesquisa é o principal interessado em se atualizar na prática da pesquisa jurídica na internet, portanto é o profissional que se apresenta mais disposto a enfrentar este novo desafio da informação digital.

Gráfico 5.

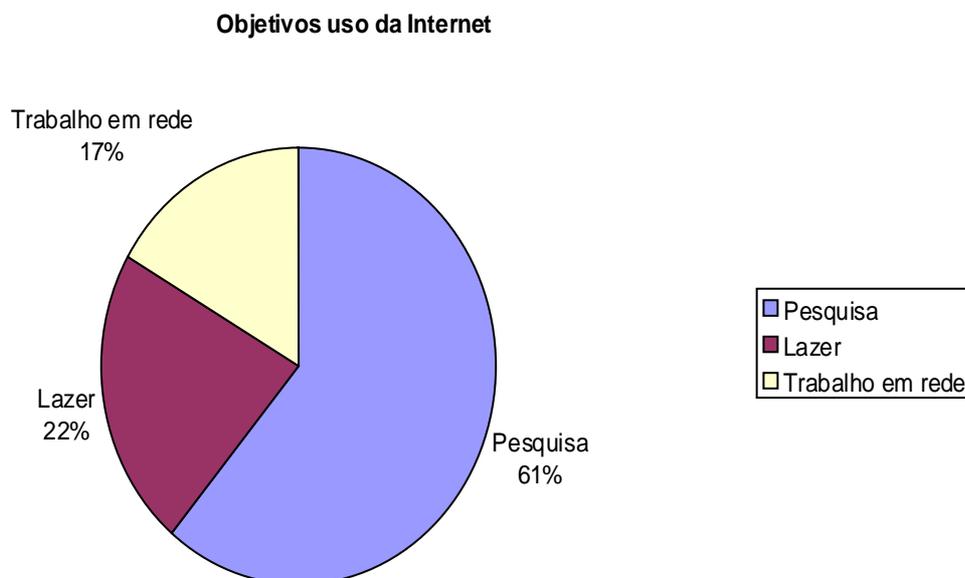
Ocupação profissional - Alunos



Percebemos através do gráfico – 6 que a maioria dos alunos (61%) utiliza a Internet para fins de pesquisa por informações jurídicas diversas que sejam solicitadas por seus usuários, seguido dos que utilizam para simples lazer, 22% dos alunos e por último temos uma amostragem de 17% que utilizam para trabalhos em rede, ou seja, trabalho em redes internas institucionais ou com bases de dados cooperativas, como a Rede Bibliodata CALCO, etc.

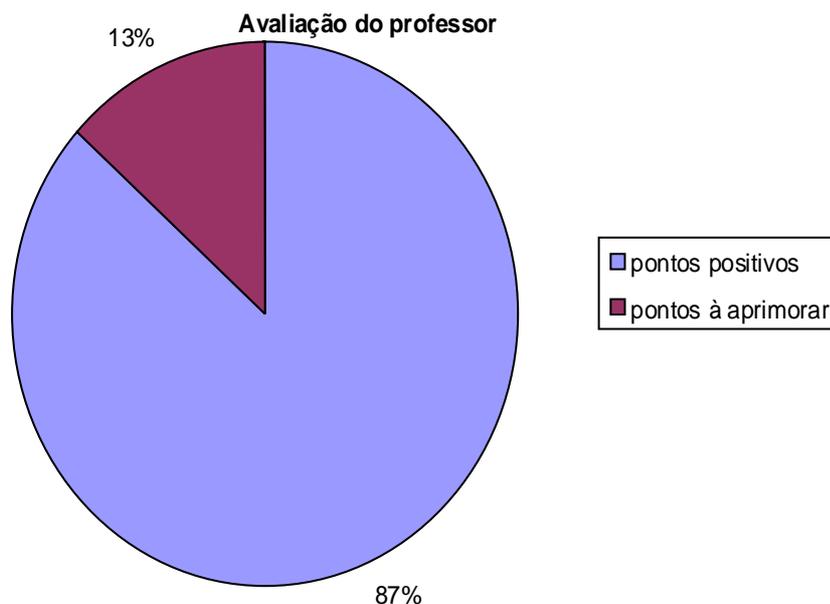
É possível concluir que a pesquisa jurídica já é realizada entre os alunos do curso, pois (61%) às realiza constantemente, porém ainda é necessário um desenvolvimento por parte dos profissionais da informação jurídica no sentido de ampliarmos esta utilização, tendo em vista que cada vez mais as informações jurídicas migram para a Internet. Vemos diariamente o lançamento de diversos serviços virtuais de informação, como por o exemplo o serviço virtual de informação jurídica lançado pela Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional das Nações Unidas no endereço eletrônico: <http://www.un.org/law/avl/>.

Gráfico 6.



Segundo o gráfico – 7, No questionário que buscava identificar o grau de satisfação da turma com as aulas do professor, o resultado foi satisfatório. Quando 87% das aulas foram confirmadas positivas para o aprendizado dos alunos e somente em 13% das aulas foram identificadas à necessidade de aprimoramento de alguns pontos no intuito de melhorar o grau de aproveitamento dos alunos.

Gráfico: 7



Segundo o gráfico – 8, houve unanimidade com relação ao resultado da pesquisa com relação à importância deste curso para a vida profissional de seus concluintes, pois todos os alunos avaliaram como positivo o fato de terem participado do curso de extensão universitária em fontes de informação jurídicas na internet.

Gráfico: 8

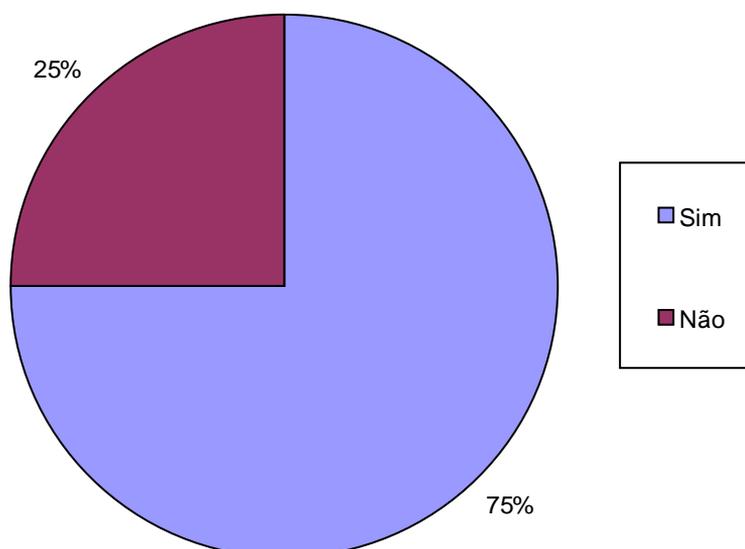


Como nos mostra o gráfico - 9, A maioria dos alunos pesquisados acredita em um futuro com muitos profissionais da informação jurídica atuando na gestão da informação jurídica em espaços digitais, pois 75% destes alunos acreditam que ainda existe espaço a ser ocupado. Este processo no caminho para o futuro começa hoje, ou a partir do

momento que cada profissional começar em seu ambiente de trabalho a lidar com este novo suporte de informação e a buscar treinamento e atualização para superar os obstáculos naturais que toda nova tecnologia proporciona.

Gráfico: 9

Acredita que ainda há espaço profissional na Gestão da Informação Jurídica Digital



7. Considerações finais:

Este artigo, fruto do desenvolvimento e implantação de projeto referente a curso de extensão universitária voltado para a pesquisa em fontes de informação jurídica disponível na Internet (sejam virtuais, digitais, etc.) fundamenta a importância da atuação dos bibliotecários jurídicos nos espaços digitais de informação jurídica, onde após a citação de autores que desenvolvem pesquisas sobre o caos da informação disponível na Internet, sobre o custo da recuperação de informações com valor agregado e sobre as dificuldades ainda hoje existentes na utilização de ferramentas de buscas, portais, sites etc.

O bibliotecário jurídico moderno, profissional melhor preparado para o desafio de atuar como gestor da informação jurídica na Internet, desde que comece hoje a ocupar este espaço adaptando as suas habilidades e conhecimentos técnicos, familiares a seu atuar tradicional em bibliotecas com suportes físicos da informação jurídica. O moderno bibliotecário jurídico adaptando-se aos formatos digitais de informação disponíveis na Internet precisa ser rápido e corajoso, porque a mudança do suporte informacional vem dos produtores da informação com destino aos seus potenciais consumidores, nova geração que já nasce com um computador em sua casa, desta informação, ou seja, o bibliotecário não possui controle sobre a velocidade com que este processo de migração das informações para o digital se dá em sua origem.

O curso de extensão universitária em fontes de informação jurídica na Internet foi uma experiência única e estimulante onde foi detectada a importância do papel do bibliotecário jurídico como organizador e disseminador das fontes eletrônicas de informação jurídica disponível na Internet.

Todo o bibliotecário jurídico deve procurar se atualizar constantemente sobre os

novos serviços e produtos de informação jurídica disponível na Internet, assim como na medida do possível procurar multiplicar este seu conhecimento entre seus pares, usuários, alunos etc. Um trabalho sério de levantamento de informações jurídicas na internet requer que o profissional conheça pelo menos os seguintes itens: contexto jurídico nacional; divisão da informação jurídica; critérios de confiabilidade da informação.

O mais importante desta experiência foi à satisfação de dever cumprido e a energia positiva que contagiou o laboratório de informática durante os dias de realização do curso, onde percebemos que todos os alunos evoluíram na questão da pesquisa jurídica, mesmo que cada um ao seu modo, pois a individualidade e a maneira de compreender e construir o conhecimento é peculiar a cada aluno. O professor possui o papel principal de colaborar com o aprendizado de seus alunos, buscando alternativas para as dificuldades, assim como para os fatos motivadores de cada aluno, pois as necessidades apresentadas pelos alunos constituem-se no verdadeiro fato gerador do conhecimento.

Bibliografia consultada:

ALONSO, Cecília Andreotti Atienza. A informação jurídica face às comunidades da área do Direito e a dos fornecedores da informação jurídica. In: CIBERÉTICA : Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, 1., 1998, Florianópolis. Anais... Disponível em <<http://www.ciberetica.iaccess.com.br/portugues/main.htm>>

BRAGA, Gilda Maria. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

PODBOY, Alvin. **React or die**: librarians must innovate to survive. Disponível em: http://www.lawtechnews.com/july00/library_administration_p34.html. Acessado em: 16 Jun. 2008.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. **Novos paradigmas e novos usuários de informação**. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

MARCONDES, Carlos Henrique. **Representação e economia da informação**. *Ciência da Informação*, v.30, n.1, p. 61-70, 2001.

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário jurídico, seu perfil, seu papel**. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>. Acesso em: 16/06/2008.

GRAVES, K. 1996. **Teachers as course developers**. CUP.

KEARSLEY, G.2000. **Online education**: learning and teaching in cyberspace.Wadsworth. Thompson Learning. Co.

MORAN, José Manuel. 2000. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas/SP. Papirus.

SHERA, J. H. & Cleveland, D. B. **History and foundations of Information Science**. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 12, p.248-275, 1977. ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: Introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro : Achiamé, 1979.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica**: Teoria e prática. Brasília :Thesaurus, 2004

REZENDE, Ana Paula de. Pesquisa jurídica em fontes eletrônicas. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica**: Teoria e prática. Brasília :Thesaurus, 2004..

TOMAÉL, Maria Inês et al. **Avaliação de fontes de informação na Internet**: critérios de qualidade. *Informação e Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 11, n. 2, jul./dez. 2001.

_____ **Fontes de Informação na Internet: acesso e avaliação das disponíveis nos sites de Universidades**. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, Florianópolis, out. 2000. Disponível em: <http://www.snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t138.doc>.> Acesso em 12 de nov. 2002